

Doutor em História da Arte Universidade do Porto - Portugal; Professor de História da Arte Brasileira e de Artes Visuais na Bahia - EBA/UFBA.

larlf@ufba.br - lfreire14@hotmail.com

Cultura Visual

OS CONFLITOS ENTRE OS ARTISTAS E SEUS CLIENTES NA BAHIA OITOCENTISTA¹

Na Bahia oitocentista houve uma grande reforma na ornamentação das igrejas, que consistiu na permuta da antiga talha de gosto barroco e rococó por outra condizente com a estética neoclássica e de uma nova moral católica. Esta reforma que perdurou até fins do século dezenove empregou muitas oficinas lideradas por mestres entalhadores, pintores e douradores, que eram contratados pelas Mesas Administrativas das Irmandades e Ordens Terceiras religiosas através de atas ou contratos nos quais os direitos e deveres de ambas as partes eram firmados e selados.

No âmbito destas relações de trabalho e considerando a frequência e intensidade da movimentação reformadora, a existência de conflitos entre os artistas e seus clientes era natural, contudo não foram muitos se considerarmos a documentação existente e o volume de obras artísticas realizadas.

Os problemas mais corriqueiros, decorriam do fato de que a obra de talha dependia para ser erguida de outras obras de pedreiro e carpinteiro, o que podia atrapalhar o bom andamento do trabalho, pois eram problemas que surgiam no decurso das obras.

Os conflitos apresentados são de

natureza diversa e a solução deles passava sempre pelas sessões das mesas administrativas como veremos a seguir.

Em 6 de outubro de 1832, o Juiz da Irmandade do Santíssimo Sacramento e N. Sra. do Pilar chamou a atenção da Mesa de que o novo retábulo-mor estava defeituoso, não correspondendo a planta apresentada pelo entalhador **Joaquim Francisco de Matos** e que tendo questionado o artista acerca do fato, o mesmo respondeu que tal acontecimento não era “culpa ou falta sua”, mas sim por “inconvenientes da Mesa transacta”. Diante do argumento o Juiz opinou que em tal caso seria mais acertado melhorar o retábulo o quanto possível para que ficasse em sua perfeição e só depois dourá-lo.

O Mestre Entalhador, atendendo a convocação, compareceu à sessão e esclareceu que não era possível executar a planta sem que se levantasse a cobertura da capela-mor, bem como as tribunas, portas e óculos por cima, assim como fazer-se de novo o arco cruzeiro, painéis e sanefas. O assunto foi resolvido providenciando-se a fatura das mencionadas obras e contratando-se com o referido entalhador as obras de talha complementares².

Alguns problemas eram resolvidos no âmbito da própria irmandade. Assim aconteceu em 17 de Novembro de 1849, quando o Juiz da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Rua do Passo, Joaquim Ferreira Dias dos Santos, manifestou-se dizendo que

“dezejando com madureza, e *muita* reflexão tratar de ultimar a obra do Throno da Capella Mor, e atendendo a indiferença, e pouca assiduidade do Entalhador, ou Artista *Joaquim* Francisco de Mattos Rozeira, *que* estava fazendo, o *que* era de notavel transtorno, e prejuizo *para* a nossa Irmandade, achava ser de extrema necessidade *que* comparecesse o mencionado Artista *para que* em sua presença ouvisse, e prezenciasse a deliberação da Meza; o que ouvido pellos *Irmãos* Mezarios concordarão todos *que* comparecesse; e assim sendo *prezente*, exigio delle o [...] Juiz *que* lhe declarasse hum tempo, dentro do qual a achasse possivel dar a obra do Throno *perfeitissimamente* concluida: respondeo, *que* em seis mezes, a contar da data da prezente reunião; prazo este a *que* a Meza assentio, estendendo-o athe o fim, e ultimo de Maio do anno vindouro de 1850: em seguida perguntando-lhe tambem o mesmo Juiz com quantos officiaes elle se obrigava a trabalhar d’ora em diante em ordem a poder dar a obra acabada no tempo *por* elle prometido, sem *que* nesse numero entrassem seos discipulos, os *quaes* só servião de perturbar aos officiaes, e de estarem em perfeita dezentura, contando sempre com a sua auzencia; *que* espontaneamente respondeo, *que* com seis mezes, e *que* dava sua palavra de apresentar o Throno prompto, sem faltar couza alguma, inclusive todo o ornato do forro da Capella Mor, na forma do termo de 7 de Junho de 1848, no tempo ora de novo estipullado, trabalhando sempre, e *effectivamente* com seis officiaes, os *quaes* em cazo de molestia d’alguns serião

substituidos *por* outros, salvo se elle proprio adoecesse; o *que* acontecido seria obrigado a provar, ou justificar sua molestia perante a Meza”³.

A Mesa não se satisfez com as promessas do entalhador e como o artista requereu o pagamento da prestação no valor de um mil seiscentos e sessenta e seis réis por inteiro, correspondendo ao segundo pagamento, foi-lhe exigido um fiador, mas o entalhador reagiu dizendo que não se prestava de modo algum a exigência, visto ser possuidor de vários bens, preferindo receber no primeiro dia de cada mês, a quantia de duzentos mil reis para suprir as despesas da obra. Diante disto ficou acordado que se o entalhador transgredisse o acerto perderia oitocentos reis em beneficio da Irmandade em vez da multa de um mil seiscentos e sessenta reis; que a Mesa poderia anunciar nos periódicos convidando quaisquer artistas; e que o entalhador ficaria sem direito a fazer a menor reclamação⁴.

Na reunião acima foi nomeada uma comissão composta de três membros da Mesa, o Escrivão Vicente Ferreira de Oliveira, e dois consultores, Benjamin Pereira Marinho e Joaquim José de Araújo Silva para inspecionarem todos juntos, ou cada um de ‘per si’ o progresso ou retardo da obra e comunicarem ao Tesoureiro no fim de cada mês e quando tivesse de verificar o pagamento dos duzentos mil reis tratados, ficando condicionado o referido pagamento ao avanço das obras. Conforme as informações da Comissão a Mesa poderia despedir imediatamente o artista, fazê-lo pagar “800\$ havido de seos bens, e destes os mais bem parados” e contratar novo entalhador⁵.

Este importante entalhador baiano do século dezenove devia estar com mais de uma empreitada, pois só isso justificaria sua ausência na referida obra⁶. O certo é que ele e seu grupo conseguiram concluir a menciona-

da obra no novo prazo acordado, pois em 14 de Julho de 1850 a Mesa registrou que o retábulo já estava concluído.⁷ Esta experiência serviu para que a mesa não mais contratasse o artista para a etapa seguinte da obra de talha, a do corpo da igreja, dando preferência a outro mestre.

Muitas vezes o artista observava à Mesa os ajustes que podiam ser feitos no decurso das obras, o que lhe rendia trabalho e ganhos complementares e continuados. Foi agindo assim que o pintor **José Rodrigues Nunes**, na obra de redouramento da igreja, em 1855, comunicou a Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santa Ana que “na qualidade do ouro” empregado anteriormente no douramento da grade do coro não correspondia ao de toda a igreja e que tendo de ser limpo nos lugares em que não estivesse arruinado era “melhor e mais conveniente” que a grade fosse lavada e novamente dourada. A mesa examinou “ocularmente” o objeto deferindo a proposta, o que rendeu ao pintor o acréscimo de 200\$ rs. na sua féria⁸.

O caso acima é também um bom exemplo do zelo que havia pela uniformidade e harmonia estética da obra ornamental. Contudo, um caso mais grave ocorreu, configurando-se em conflito que quase gera um litúgio, entre os terceiros dominicanos e o pintor Francisco Sales.

A partir de 10 de Março de 1878 o pintor **Francisco José Rufino de Sales**⁹ foi contratado para fazer a obra do aparelhamento e pintura da talha da igreja dos terceiros dominicanos, mas o desenvolvimento da obra andava muito lento a ponto do assunto ter sido abordado em sessão anterior a de 18 de Maio de 1879, não podendo ser discutido por falta de exame mais seguro. Nesta sessão foi constatado que há muito o prazo de conclusão estipula-

do em contrato havia expirado e que a obra estava em grande atraso face ao que foi determinado que a Comissão de Obra inquirisse o empreiteiro e depois que ouvisse os motivos que levaram-no a falta de cumprimento de sua proposta, firmasse com ele um novo acordo sob as mesmas bases da proposta anterior, no qual deveria ser prefixada a data da conclusão do trabalho.

A Comissão ficou ainda autorizada, “mediante as necessárias cautelas, a facilitar-lhe qualquer meio aconselhado pela prudência e compatível com o estado financeiro da Ordem, de modo que o habilitasse a prosseguir nos trabalhos sem mais interrupções, devendo tudo ser reduzido a um termo que seria lançado em livro próprio e assinado por ambas as partes”¹⁰.

A Comissão de Obra cumpriu sua tarefa, declarando na sessão de 1 de Junho de 1879, que tendo ouvido o professor Sales sobre os motivos que o levaram ao descumprimento do prazo, firmou com o mesmo um novo acordo, que foi lido nesta sessão, acordado por todos, e lavrado em termo¹¹. A partir daí o empreiteiro parece ter se empenhado mais com a obra, pois na sessão de 20 de Julho de 1879 foi registrado um convite do pintor para que a Mesa examinasse o trabalho do teto da igreja no último dia deste mês. A Mesa deliberou que respondesse agradecendo o convite e designando para este fim o primeiro Domingo de Agosto, ao meio dia¹².

Em 2 de Maio de 1880, na sessão de posse da nova Mesa o prior reeleito, Pedro Joaquim Rios dos Santos fez um discurso no qual referiu que a restauração do teto, engessamento de toda a obra de talha e douramento do teto da capela-mor continuava a cargo do ‘Caríssimo Irmão professor’ Francisco José Rufino de Sales, o qual julgava terminá-lo em breve¹³.

As promessas do empreiteiro não se realizaram levando a Mesa a discutir novamente o assunto na sessão de 6 de Junho de 1880, quando foi resolvido que a Comissão deveria dirigir-se ao pintor afim de que definitivamente ficasse combinada a data da conclusão da obra, autorizando-a a tomar qualquer deliberação que julgasse conveniente aos interesses da Ordem e, bem assim, a chamar imediatamente concorrência para o douramento que faltava na capela-mor inclusive o arco cruzeiro¹⁴.

A concorrência realizou-se em 27 de Junho de 1880, o pintor que ainda não havia concluído a obra anteriormente ajustada apresentou sua proposta para a nova obra, que foi preterida, embora no termo do concurso a Mesa ainda se refira a ele como “nosso irmão”¹⁵.

Em 18 de Julho de 1880, foi deliberado que o Secretário da Mesa dirigisse carta ao ex-empreiteiro Professor Sales, para desocupar o cômodo que foi posto à sua disposição para depósito de material, pois o mesmo tinha sido pedido pelo novo dourador contratado, o francês **Emílio Bousquet**¹⁶.

Por alguma ação da Ordem o empreiteiro faltoso foi desligado ou desligou-se do trabalho, dirigindo ofício à Mesa em 1 de Agosto de 1880, em que procurava explicar os motivos pelos quais ainda não tinha concluído a pintura do teto, face ao que a Mesa mandou acusar o recebimento¹⁷.

Na mesma sessão a Comissão de Obras da Igreja, encarregada de vistoriar o dourado do teto da capela-mor, constatou que o trabalho do professor Sales estava imperfeito e que além disso, tinha “sido preparado com o emprego de pão de prata em desacordo com o desejo da Mesa e promessa do mesmo Salles, prejudicando assim a igualdade e perfeição” que deveria “existir entre este e o que se acha em

prosseguimento, no qual” estava sendo “empregado pão de ouro de primeira qualidade”¹⁸.

Insatisfeitos com a vistoria interna, os integrantes da Mesa recomendaram a Comissão de Obras, em 22 de agosto de 1880, que levasse “a efeito o quanto antes, a vistoria judicial” no douramento, a qual deveria também verificar se o “engessamento geral da igreja e a restauração do grande teto” estavam concluídos e de acordo com o contrato feito com o pintor Sales. Foi ainda designado o Secretário, Antônio Maria de Oliveira, para dirigir um ofício dando conhecimento ao pintor desta resolução definitiva da Mesa e convidando-o a responder com a “possível brevidade”¹⁹.

O ofício foi redigido em 31 de Agosto de 1880, por esta data as relações entre as partes já estavam por demais deterioradas, o que piorou consideravelmente quando a Mesa em sessão de 19 de Setembro tomou conhecimento da resposta enviada pelo pintor, em forma de ofício datado de 8 de Agosto, acerca do qual a Mesa não tomou “Conhecimento pela forma inconveniente por que fôra redigido afastando-se o mesmo Salles, em sua redação dos preceitos rigorosos da Civildade que devia guardar dirigindo-se a uma Corporação por mais de um título respeitável”²⁰. A Comissão ficou aí autorizada a fazer particularmente a vistoria no dourado com a ajuda de artistas habilitados, testemunhando o ato e lavrando de tudo um termo²¹.

Não encontramos o ofício do pintor no arquivo da Ordem, não sendo possível o conhecimento do seu teor. As atas das sessões posteriores não tocaram mais no assunto, que possivelmente foi resolvido na oralidade, havendo também a possibilidade de terem desaparecidos os documentos referentes ao caso. Se a queixa chegou ao

tribunal, esta não se preservou, visto que nada existe no Arquivo Público da Bahia, onde estão os documentos judiciais deste período. A Mesa preferiu não mais perder tempo com a irresponsabilidade profissional do pintor e sim em contratar com o dourador **Emílio Bousquet** e o pintor **José Antônio da Cunha Couto** o conserto do serviço mal feito e a conclusão da ornamentação da sua igreja.

Os conflitos entre clientes e artistas tinham quase sempre origem no descumprimento de duas cláusulas contratuais importantes: a que determinava o prazo e a que especificava o material a ser usado. Paradoxalmente, nunca as contendas foram levadas à Justiça, pelo menos não há documentos que comprovem este procedimento, muito talvez pelas razões alegadas pela Abadessa do Convento de Santa Clara do Desterro, Soror Anna Constança do Coração de Maria, quando registrou, em 1850, no Livro Caixa o abandono da obra de talha pelo entalhador **Luís Francisco da Silva**, feita nos seguintes termos:

"5.167\$000 proveniente de materiaes, ferragens e ferias aos Mestres Pedreiro = Felipe Constanço, Carpina = Joze Custodio da Purificação e Entalhador Luiz Francisco da Silva, o qual continuou de 1847 até 1850, e o não acabou, e nem cumprio o ajuste conforme o Termo no Livro d'elles a f. 55, e por elle ter demorado a obra 5 annos e fazel-o de madeiras inferiores ficarão grande parte das peças inuteis por isso na necessidade de as mandar fazer por outro quasi tudo de novo; mas para não ter questoes paguei lhe em diverças quantias d'es de Outubro 1847 até 30 de Junho 1850 conforme o recibo no Livro d'elles a f. 25"²² [destaques nosso].

Se o uso de madeiras de má qualidade foi uma grande falta do entalhador Luís Francisco, o mesmo não podemos dizer acerca do abandono da obra, pois há uma possibilidade disto ter ocorrido por razões

de doença, já que o entalhador morreu velho com oitenta e dois anos de idade, em 17 de Setembro de 1850²³. A Abadessa, por outro lado, pagou a obra talvez por motivos caritativos, muito embora não tenha feito esta alegação, tendo claramente evitado "questões".

Os problemas não eram somente criados pelos artistas, as irmandades também falhavam no cumprimento do seu dever primordial, que era o de satisfazer o pagamento ajustado. Um caso típico aconteceu com a mencionada viúva do pintor **Franco Velasco**²⁴, Delfina Velasco, que assumiu a oficina do marido para a conclusão da pintura e douramento da talha da igreja dos terceiros franciscanos. Enfrentou inúmeros atrasos e adiamentos nos pagamentos das prestações, fez um requerimento dramático em 19 de Julho de 1835, assim registrado:

"apesar da falta de meios que soffreo, pelos diminutos pagamentos que das tranzactas Meza recebeo, a ponto de ver-se muitas vezes, nas circunstancias de não ter officiaes para o trabalho, por falta de dinheiro para fazer-lhes as competentes ferias como de lhe não quererem os droguistas confiar tintas e mais misteres para andamento da referida pintura, a Suplicante com todos os sacrificios e prejuizos inherentes a tais demoras, pode conseguir como de facto conseguio apresentar desde Dezembro do anno passado a Igreja prompta, faltando unicamente a pintura das portas que em bem pouco tempo ficou acabada. Enquanto Senhores a suplicante depois de tantos soffrimentos, tendo-se-lhe faltado a todas as condições marcadas na Escriptura, esperava o seu pagamento, para poder assim remir dividas de que se acha onerada"²⁵.

A viúva ainda expôs que, muitas vezes pediu à Mesa para verificar os recibos do finado marido e do pintor que lhe substituiu, **José Rodrigues Nunes**, e que nunca foi atendida, nem a conta foi paga e tendo

“preenchido o tracto da Escriptura, tendo a obra sido acabada a ponto de merecer geral aplauso, não merecia [...] ser tratada por huma igual maneira”²⁶, pedindo portanto que lhe pagassem o saldo de sua conta “tirada e conferida a vista dos recibos”, conferencia esta que deveria ser feita com acompanhamento de pessoa da sua confiança para responder a qualquer dúvida que pudesse ocorrer e concluiu dizendo ter esgotado toda a sua paciência e que tinha dado “este passo contando com a benevolencia” da Mesa para que não fosse obrigada a “lançar mão de meios que não sejam o da concordia e boa fé”²⁷.

A viúva ainda teve muito que esperar, pois a última prestação somente foi paga em Maio de 1837²⁸. É muito estranho a forma como este caso foi tratado por uma Ordem considerada e assumida como uma potência econômica na Bahia, acostumada a gratificar os artistas que para ela trabalhavam com esmero e dedicação, sendo a única a adotar sistematicamente esta postura, dando margem para que os artistas incorporassem o hábito de solicitarem constantemente gratificação ao término das obras.

O entalhador **Cipriano Francisco de Sousa**²⁹ lançou mão, em 1856, de uma interessante estratégia para receber o que a Irmandade de N. Sra. da Conceição do Boqueirão lhe devia desde 1851, ofereceu cem mil reis dos 334\$077 devidos para que fossem feitas cortinas de damasco para as portas das tribunas, púlpitos e as do corpo da igreja, condicionando a dádiva ao pronto pagamento do restante, o que foi aceito e atendido pela Mesa³⁰.

Em 1872, o entalhador **João Simões Francisco de Sousa**³¹, filho do entalhador acima mencionado, pediu prorrogação de seis meses, do prazo de entrega da obra de talha do retábulo à Mesa da Irmandade de N. Sra. do Rosário dos

Pretos, observando que estava atento as alterações das obras³². Em Março de 1873, o tesoureiro comunicou que havia pago ao entalhador a importância de 500\$000 rs referente a quinta prestação, e pediu ao segundo Juiz providências para o adiantamento das obras³³. No dia seguinte, a Comissão de Obras apoiou uma alteração nos modelos do retábulo em atenção “às circunstances do primeiro calculo mal baseado pelo acanhamento do espasso da Capella-Mór”, alteração que ficou aprovada³⁴. Nesta sessão também foi registrada que o entalhador havia solicitado uma vistoria afim de que fosse recompensado pelas alterações³⁵.

Em Maio do mesmo ano, numa sessão da Junta, foi aprovada a proposta que autorizava a Mesa a alterar, se julgasse conveniente, o contrato da obra do retábulo da capela-mor, relativamente a fatura e importância pecuniária correspondente, contanto que a obra ficasse perfeita. Assinaram a aprovação Narciso Domingues de Santa Isabel, por Domingos d’Etre; Filipe do Carmo e Manoel do Bonfim Galiza³⁶.

Em 19 de Março de 1874 o entalhador reiterou esta solicitação através de requerimento em que pedia uma gratificação pelas alterações. Face a este requerimento, o irmão da Mesa, Filipe Domingues, expôs que “não tendo o petionario concluido as obras votava contra o requerimento”; o Juiz replicou dizendo que as alterações já estavam feitas, convidando o entalhador para depor, o mesmo deu várias explicações sobre o estado das obras. A discussão ficou aquecida pela intervenção dos irmãos Caetano e Plácido que se posicionaram a favor do requerimento, lamentando o fato de a Mesa não ter marcado a gratificação no ato em que mandou alterar as obras, locução apoiada pelo Escrivão Severiano Pedro da Silva³⁷. Foi então perguntado ao entalhador o valor da

gratificação, o mesmo respondeu que ficava satisfeito com três contos e seiscentos mil reis, mas a Mesa reagiu unanimemente contra a quantia solicitada³⁸.

O entendimento estava difícil, mas os esforços para a solução do problema continuaram com a posição do irmão Ângelo Oliveira, que falou sobre a impossibilidade do pagamento, votando a favor da demanda do requerimento desde que o valor da gratificação fosse abatido, o que foi apoiado pelo irmão Caetano, que pediu a marcação de um prazo para a conclusão das obras; acudiu o irmão Marcolino sugerindo que fosse pago a quantia de um conto e seiscentos e Severiano opinando por um conto de reis³⁹. Os irmãos se dividiram, votando a favor e contra as propostas. O irmão Filipe pediu explicações do contratado e da Mesa, declarando votar contra as propostas, opinando ainda pelo convite de peritos para avaliar as obras, replicando o irmão Plácido dizendo que a Mesa estava inteirada da alteração das obras, as quais tinham se dado no ano em que ocupava o cargo de Procurador Geral, fazendo lembrar que tudo constava no relatório e na planta. O Tesoureiro pôs fim a discussão requerendo o adiamento dela face ao estado financeiro da Irmandade, pedido que foi atendido considerando que o saldo a favor da Irmandade era de 34\$945 réis⁴⁰.

Em 27 de Março de 1874, a Mesa dirigiu um ofício ao artista pedindo que declarasse ao pé da missiva o tempo que precisava para o término da obra, o entalhador escreveu que precisava de mais seis meses para a conclusão de tudo⁴¹.

Em 30 de Março do mesmo ano, foi decidido, após parecer da Comissão de Obras explicando a demora nas obras de talha e requerimento do contratado, que o prazo de entrega das referidas obras ficava prorrogado por mais cinco meses a contar de primeiro de

Abril deste ano⁴². O Procurador Geral reclamou da inconveniência de permanecer aberto em horas adiantadas o corredor ocupado pelo entalhador das obras do retábulo, face ao que foi determinado que o referido somente permanecesse no local das seis horas da manhã as seis da tarde, quando o corredor deveria ser fechado e a chave entregue ao zelador⁴³.

Em 1876 foi autorizado ao Tesoureiro que convencionasse com João Simões sobre o pagamento da quantia de 1:000\$000 rs. referentes as alterações realizadas na talha da capela-mor⁴⁴. O pagamento não foi realizado, nem o assunto foi mais tocado em reunião até 1878, quando o entalhador dirigiu outro requerimento à Mesa pedindo o embolso do débito contraído com ele pela Mesa do ano de 1874, sobre o qual se manifestaram o Professor Manuel Florêncio e Inácio Filipe, decidindo-se que oportunamente o peticionário seria atendido, e que nesse sentido fosse respondido o requerimento, assim como se exigisse dele a entrega do corredor da capela dando-lhe em um prazo de quarenta e cinco dias para a desocupação do cômodo⁴⁵.

Em 22 de Setembro de 1878 a Mesa acusou o recebimento de mais um requerimento do entalhador, desta vez o artista pedia uma certidão do que a Irmandade lhe devia, depois de ser discutida a solicitação a Mesa concluiu e mandou oficial ao requerente que ficava "provado nada dever esta Irmandade, das obras feitas pelo *Supplicante* e contractadas pela Meza do anno de 1871 e sim apenas o restante de uma gratificação que ilegalmente lhe promettera a Meza do anno de 1876"⁴⁶. O dilema foi definitivamente resolvido em desfavor do artista.

Conforme pudemos ver nos casos relatados os conflitos concentravam-se na quebra de cláusulas contratuais por parte do artista contratado ou da instituição

contratadora. A quebra contratual dos artistas estava quase sempre relacionada com o prazo de entrega da obra ou com a qualidade dos materiais empregados, ou ainda por ocupar cômodos da irmandade com os seus materiais mais tempo do que o necessário. Por parte das organizações religiosas a quebra de contrato estava relacionada ao pagamento de acréscimos de obras ou na demora em saldar as parcelas.

Traçamos pois um panorama dos choques hávidos entre artistas e clientela na Bahia oitocentista, situações tão próprias das relações humanas que ainda hoje ocorre com características muito similares nestas e noutras relações de trabalho. Há no entanto, outra direção, que o olhar dos historiadores da arte ainda não contemplou que é o das relações conflituosas entre os próprios artistas. Sobre este assunto existe alguma documentação de grande significação para análise dos choques e contendas, que na Bahia do século dezenove provocou pinturas satíricas e divisão de grupos que terminou por influenciar na fundação da Academia de Belas Artes da Bahia.

NOTAS

* **Luiz Alberto Ribeiro Freire**, autor deste artigo, é licenciado em Letras Vernáculas com Francês pela Universidade Católica de Salvador - UCSAL; Bacharel em Museologia pela Universidade Federal da Bahia - UFBA; especialista em Cultura e Arte Barroca pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP e Doutor em História da Arte pela Universidade do Porto - Portugal.

Atua como professor na Escola de Belas Artes da UFBA desde 19.04.1993, quando assumiu por dois anos a disciplina História da Arte Contemporânea. Do ano de 2001 até o presente têm lecionado a disciplina História da Arte Brasileira para a graduação e

Artes Visuais na Bahia para a pós-graduação, onde também orienta projetos de mestrandos na linha de Estudos Teóricos nas Artes Visuais no Nordeste.

¹ O presente artigo constitui-se num excerto do capítulo II – Os Artistas e seus clientes da tese de doutorado que defendemos em 2001 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Portugal, que versa sobre A Talha Neoclássica na Bahia.

² AISSNSP. Livro de Termos de Resoluções e Acordos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz do Pilar 1799 à 1906 [1798.10.03 - 1906.07.22], 1832, Outubro, 6, fl. 32v. - 33.

³ AISSRP. Livro de Termos de Acordãos e Resoluções da Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia da Rua do Passo [1846.07.19 - 1891.08.23], 1847, Outubro, 5, fl. 13.

⁴ Idem, *ibidem*, fl. 13-13v.

⁵ Idem, fl. 13-13v.

⁶ O entalhador Joaquim Francisco de Matos Roseira dominou o mercado de obras de talha na primeira metade do século XIX aparecendo em documentos desde 1818 até 1851. Nasceu em cerca de 1800 e faleceu em Salvador em 1868.

Nos Almanques de 1854 e 1855 consta sua localização na Rua da Poeira.

Filho de pai desconhecido e Francisca Teresa de Jesus, casou-se com Margarida Maria da Conceição, em 3 de Junho de 1824, tendo como testemunha o ourives João Francisco Cobra. Marieta Alves afirma que como tantos baianos o fizeram J.F.M. juntou o apelido “Roseira” a seu nome, em consequência do surto nativista que se seguiu à guerra da Independência”. O acréscimo do nome (Roseira) de que fala Marieta Alves não se justifica apenas no surto nativista, mas no fato deste entalhador ter lutado na guerra da independência da Bahia conforme nos indica o Almanque de 1862, que traz à

frente do nome do artista, uma cruz e as iniciais G. I, que querem dizer, segundo notas do próprio Almanaque, que o artista foi agraciado com a Medalha da Guerra da Independência (Bahia).

O autor das "Noções sobre a procedência da arte de pintura na Província da Bahia" refere-se ao seu estilo como "floreado, abundante, belo e pomposo", embora confunda o nome dando-o como Joaquim Henriques de Matos. Teve como discípulos: Joaquim Ventura e Cipriano Francisco de Sousa. (ver o Quadro I - Identidade dos Entalhadores que Trabalharam em Salvador no século XIX em FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. A Talha neoclássica na Bahia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2000. v. 1. (Tese de doutorado).

⁷ Idem, 1850, Julho, 14, fl. 14.

⁸ BCEAB-FA-UFBA. Livro de Termos de Resoluções da Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santa Ana [1815 - 1858.12.12], 1855, Agosto, 30, fl. 242-242v.

⁹ Nasceu em 29.02.1825 e morreu em 19.06.1906. O pintor e dourador consagrou-se no gênero retrato, lecionou em colégios e casas particulares, na Escola Treze de Maio e no Liceu de Artes e Ofícios, que lhe galardoou os serviços com o diploma de sócio benemérito e colocou o seu retrato no salão nobre. Em diversas exposições foi premiado com medalha de ouro. O autor das "Noções" apresenta-o como discípulo de Bento José Rufino Capinan e diz ter sido "habilitado retratista e pratico". Ministrou aulas diurnas de desenho no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia em 1873. Era irmão da ordem Terceira de São Domingos de Gusmão em 1880. (FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. A Talha neoclássica na Bahia, 2000. v. I)

¹⁰ AOTSDG. Livro de Atas das Sessões da Mesa Administrativa da Venerável Ordem Terceira de São Domingos [1869.05.04 -

1882.08.01], 1879, Maio, 11, p. 141.

¹¹ Idem, *ibidem*, 1879, Junho, 1, p. 142.

¹² Idem, p. 143.

¹³ Idem, p. 150.

¹⁴ AOTSDG. Livro de Atas das Sessões da Mesa Administrativa da Venerável Ordem Terceira de São Domingos [1869.05.04 - 1882.08.01], 1880, Junho, 6, p. 153.

¹⁵ Idem, *ibidem*, 1880, Junho, 27, p. 154.

¹⁶ Idem, 1880, Julho, 18, p. 158.

¹⁷ Idem, 1880, Agosto, 1, p. 159.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 159. (pão de prata e pão de ouro era como se denominava as folhas de prata e ouro para douramento de obras de talha).

¹⁹ Idem, 1880, Agosto, 22, p. 161.

²⁰ Idem, 1880, Setembro, 19, p. 162.

²¹ Idem, *ibidem*, p. 162.

²² ACSCD. Livro Caixa do Imperial Convento de Santa Clara do Desterro da Cidade da Bahia 1839 à 1863 [1839.09.09 - 1863.08.31], 1854, Setembro, 30, fl. 76.

²³ ALVES, Marieta. Igreja do Convento do Desterro outr'ora e hoje, in "A Tarde", Salvador, 5.1.1959.

²⁴ Antônio Joaquim Franco Velasco nasceu em Salvador, Ba., em 03.09.1780 falecendo na mesma cidade em 03.03.1833. Pintor e dourador, Lente substituto da Aula de Desenho nomeado em 1816 por D. João VI. Filho de Mateus Franco da Silva e Maria Francisca de Velasco, casado com Feliciano Delfina Velasco, morreu com 52 anos de idade (embora seu registro de óbito anote 60). Pediu admissão em 1831 na Irmandade da Santa Casa, em cujo cemitério, então situado debaixo da sacristia da Igreja, foi enterrado. As "Noções" nos informa que: "Tendo ficado órfão de pai, depois de concluído o curso primário, foi entregue ao pintor José Joaquim da Rocha, que o recebeu de bom grado; e conhecendo o natural pendor do discípulo facilitou-lhe os meios de estudar a arte que mais tarde

soube honrar, distinguindo-se entre os mais notáveis ... Em consequencia da facilidade que já possuía de copiar a natureza, pois o retrato era tirado ao natural, não existindo naquela época a fotografia e conhecendo que só a natureza lhe podia servir de modelo, divorciou-se inteiramente do estilo do mestre e imprimio novo, firmando na liberdade do pincel e na força da imaginação de que era dotado. Seus trabalhos apresentaram, tanto na expressão como no relevo, um estilo novo, uma escola mais adiantada, que o tornou notavel pela fecundidade, vigor e energia do pincel. ... “Alem dos conhecimentos indispensaveis à sua arte, onde mostrou talento não vulgar, Velasco era bastante versado em história e amigo das Letras”. “Foi sepultado na igreja da Misericórdia”. “Como aquelles, aos quaes destina a natureza ao quilate de genios superiores, foi Franco Velasco tão assiduo e perseverante em seus estudos da puericia, que, á fim de coagi-lo ao nocturno repouso, era necessario a vigilancia materna subtrahir-lhe a luz, para largar o incansavel lapis, e o aproveitado papel de suas recreações assiduas. Era assim que convinha áquelle que, por algum tempo inspirado das correcções de seu condiscipulo mais velho, Theophilo de Jesus, mais tarde tinha de adaptar-se desta dependencia, para, em nobre emulação, luctarem os dous genios. Então, áfim de manifesta differença as distinguir, na meditação da leitura, mentalmente viajando, propoz-se á reproducção vigorosa dos Ticianos, dos Rembrandts, dos Veroneses e dos Rubens; e tanto, quanto Theophilo de Jesus mantinha o seu estylo-fluido e esfumado superando difficuldades, nas mesclas plasticas de suas graduadas côres, ostentava Franco Velasco vigor e energia. (FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. *A Talha neoclássica na Bahia*. 2000. v.1)

²⁵ AOTSF. Livro de Requerimentos e

despachos da Meza da Venerável Ordem Terceira de São Francisco [1832.07.15 - 1849.08.12], 1835, Julho, 19, fl. 25. (Nova leitura depois de Marieta Alves).

Esta contenda é narrada por Marieta Alves na sua monografia sobre esta Ordem Terceira)

²⁶ Idem, *ibidem*, fl. 25v.

²⁷ Idem, fl. 26.

²⁸ ALVES, Marieta. História da Venerável Ordem 3ª da Penitência do Seráfico Pe. São Francisco da Congregação da Bahia. p. 63.

²⁹ Nasceu em Salvador, Bahia, Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, ca. 1819 e faleceu na mesma cidade e freguesia em 05.04.1890. Pardo; morava na Freguesia de Santo Antonio Além do Carmo, na Rua da Soledade, antiga Fonte de Santo Antônio, no. 83. Faleceu de hemorragia cerebral, com 71 anos na Rua dos Perdões, na Freguesia de Santo Antônio, sendo sepultado no cemitério da Quinta dos Lázarus na mesma freguesia onde morava. Filho de Marinho Francisco de Souza e Maria Rodrigues de Senna casou-se com Cipriana Firmina da Silva (parda) na Freguesia de Santo Amaro da Purificação na cidade do mesmo nome, com quem teve 8 filhos: Maria Silveira Francisca de Souza (parda, * 1842), Dr. Maurício Bernardo Francisco de Souza (pardo, *1845), Emilia Guilhermina Benicio de Souza, João Simões Francisco de Souza (também entalhador), Antônio Romão Francisco de Souza (pardo, *1850), Maria Eutrapia Francisca de Souza, Marina Francisca de Souza (parda, *1855) e Maria Francisca de Souza (parda, *1862). Consta do Almanaque de 1862 a sua localização nos Currais Velhos do Barbalho; em 1873 na Fonte de Santo Antônio. O autor das “Noções” apresenta-o como discípulo de Joaquim Francisco de Matos Roseira). No Almanaque de 1873 a sua localização consta como sendo na “Fonte de Santo Antonio”. Irmão e Conselheiro da Irmandade de N.

Sra. da Conceição do Boqueirão.

Único entalhador, cujo inventário foi feito no século dezenove, deixou bens avaliados no monte do inventário em 7:112\$000.

Além de mestre entalhador era

(Capitão) Apontador do Arsenal da Marinha do Estado da Bahia, onde percebia ordenado de 112\$000 no mês do seu falecimento.

³⁰ OTT, Carlos. *Evolução das Artes Plásticas nas Igrejas do Bonfim, Boqueirão e Saúde*. p. 261.

Filho do entalhador Cipriano Francisco de Sousa, que lhe ensinou o ofício e lhe serviu de fiador em 1869, quando assumiu obras de talha na Ordem Terceira de São Francisco.

³¹ Nasceu em 1846. No Almanaque de 1873 consta a sua localização na Ladeira do Rosário (Fonte 8, p. 34). (Esta localização suscita uma dúvida, pois embora a Ladeira do Rosário fique nas proximidades da Igreja de N. Sra. do Rosário de João Pereira, o entalhador por esta época trabalhava na talha da capela-mor da Igreja de N. Sra. do Rosário dos Pretos, podendo significar a localização divulgada no almanaque, a ladeira onde fica esta última igreja). Nos Almanques de 1903, 1905 e 1909 consta sua localização na Rua dos Droguistas, 32. - No Almanaque de 1903 e 1905 já referidos o entalhador aparece no rol dos escultores.

Filho do entalhador **Cipriano Francisco de Sousa**, que lhe ensinou o ofício e lhe serviu de fiador em 1869, quando assumiu obras de talha na Ordem Terceira de São Francisco.

³² AINSRPPC. Livro de Termos de Resoluções da Mesa da Irmandade de N. Sra. do Rosário das Portas do Carmo [1863.03.01 - 1878.11.03], 1872, Agosto, 18, fl. 93.

³³ Idem, *ibidem*, 1873, Março, 12, fl. 99v.

³⁴ Idem, *ibidem*, 1873, Março, 30, fl. 104.

³⁵ Idem, *ibidem*, fl. 104.

AINSRPPC. Requerimento de João Simões Francisco de Sousa à Irmandade de N. Sra. do Rosário das Portas do Carmo

solicitando nomear comissão para vistoria da alteração da obra de talha da capela-mor.

1873, Março, 17. (Documento avulso)

³⁶ AINSRPPC. Proposta da Junta da Irmandade de N. Sra. do Rosário para a alteração do contrato da obra do retábulo-mor, 1873, Maio, 11. (Documento avulso)

³⁷ AINSRPPC. Livro de Termos de Resoluções da Mesa da Irmandade de N. Sra. do Rosário das Portas do Carmo [1863.03.01 - 1878.11.03], 1874, Março, 19, fl. 130v.

³⁸ Idem, *ibidem*, fl. 130v.

³⁹ Idem, *ibidem*, fl. 130v. - 131.

⁴⁰ Idem, *ibidem*, fl. 131-131v.

⁴¹ AINSRPPC. Carta da Irmandade de N. Sra. do Rosário das Portas do Carmo à João Simões Francisco de Sousa solicitando definição de prazo para a conclusão da obra de talha da capela-mor., 1874, Março, 27, (Documento avulso)

⁴² AINSRPPC. Livro de Termos de Resoluções da Mesa da Irmandade de N. Sra. do Rosário das Portas do Carmo [1863.03.01 - 1878.11.03], 1874, Março, 30, fl. 132.

⁴³ Idem, *ibidem*, fl. 132-132v.

⁴⁴ Idem, 1876, Agosto, 24, fl. 151.

⁴⁵ Idem, 1878, Janeiro, 13, fl. 159-159v.

⁴⁶ Idem, 1878, Setembro, 22, fl. 172v.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Marieta. *Igreja do Convento do Desterro outr'ora e hoje*, in "A Tarde", Salvador, 5.1.1959.

ALVES, Marieta. *História da Venerável Ordem 3ª da Penitência do Seráfico P. São Francisco da Congregação da Bahia*. p. 63.

AISSRP. Livro de Termos de Acordãos e Resoluções da Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia da Rua do Passo [1846.07.19 - 1891.08.23], 1847, outubro, 5, fl. 13.

CEAB-FA-UFBa. Livro de Termos de Resoluções da Mesa da Irmandade do

Santíssimo Sacramento e Santa Ana [1815 - 1858.12.12], 1855, Agosto, 30, fl. 242-242v.
AOTSDG. Livro de Atas das Sessões da Mesa Administrativa da Venerável Ordem Terceira de São Domingos [1869.05.04 - 1882.08.01], 1879, Maio, 11, p. 141.
AOTSDG. Livro de Atas das Sessões da Mesa Administrativa da Venerável Ordem Terceira de São Domingos [1869.05.04 - 1882.08.01], 1880, Junho, 6, p. 153.
ACSCD. Livro Caixa do Imperial Convento de Santa Clara do Desterro da Cidade da Bahia 1839 à 1863 [1839.09.09 - 1863.08.31], 1854, Setembro, 30, fl. 76.
AOTSF. Livro de Requerimentos e despachos da Meza da Venerável Ordem Terceira de São Francisco [1832.07.15 - 1849.08.12], 1835, Julho, 19, fl. 25. (Nova leitura depois de Marieta Alves). Esta contenda é narrada por Marieta Alves na sua monografia sobre esta Ordem Terceira de S. Francisco)
AINSRPPC. Livro de Termos de Resoluções da Mesa da Irmandade de N. Sra. do Rosário das Portas do Carmo [1863.03.01 - 1878.11.03], 1872, agosto, 18, fl. 93.
AINSRPPC. Requerimento de João Simões Francisco de Sousa à Irmandade de N. Sra. do Rosário das Portas do Carmo solicitando nomear comissão para vistoria da alteração da obra de talha da capela-mor. 1873, Março, 17. (Documento avulso)
AINSRPPC. Proposta da Junta da Irmandade de N. Sra. do Rosário para a alteração do contrato da obra do retábulo-mor, 1873, Maio, 11. (Documento avulso)
AINSRPPC. Livro de Termos de Resoluções da Mesa da Irmandade de N. Sra. do Rosário das Portas do Carmo [1863.03.01 - 1878.11.03], 1874, Março, 19, fl. 130v.
AINSRPPC. Carta da Irmandade de N. Sra. do Rosário das Portas do Carmo à João Simões Francisco de Sousa solicitando definição de prazo para a conclusão da obra de talha da capela-mor, 1874, Março, 27,

(Documento avulso)

AINSRPPC. Livro de Termos de Resoluções da Mesa da Irmandade de N. Sra. do Rosário das Portas do Carmo [1863.03.01 - 1878.11.03], 1874, Março, 30, fl. 132.

Biblioteca Nacional - RJ. Secção de Manuscritos. Noções sobre a procedência da arte de pintura na Província da Bahia. s/a, s/d, s/l. 16 f.